

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.019, DE 2013

Institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA), acrescenta § 3º ao art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL - JAYME CAMPOS

Relator: Deputado EMANUEL PINHEIRO NETO

I - RELATÓRIO

O projeto em análise, de autoria do nobre Senador Jayme Campos, institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA), acrescenta § 3º ao art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e dá outras providências.

O projeto visa especialmente criar o FNAMA, ao mesmo tempo em que cria ajuda pecuniária no valor de R\$ 622,00, por um período de doze meses, sendo que uma das fontes do referido fundo seriam doações passíveis de dedução no Imposto de Renda.

O projeto tramita em regime de Prioridade (Art. 151, II, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões (Art. 24, II, RICD), tendo sido distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), nessa ordem.

Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), o projeto foi aprovado, juntamente com duas emendas. A Emenda nº 1 aumenta o valor



da ajuda para R\$ 998,00, que seria reajustado anualmente, conforme regulamento, veda acumulação da ajuda pecuniária em alguns casos e também dá prioridade à mulher inscrita no CadÚnico. A Emenda nº 2 estabelece que o Fundo será administrado pelo órgão responsável pela política pública de atendimento à mulher, que a Caixa Econômica Federal será o agente operador e repassador dos recursos do Fundo, mediante remuneração, e que os recursos para a ajuda pecuniária deverão ser repassados ao INSS.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a Norma Interna prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da Norma Interna define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor”, e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.



Da análise do conteúdo do projeto, entendemos se tratar de matéria eminentemente regulamentar, visto se tratar da mera regulamentação quanto à destinação de recursos cuja arrecadação já se encontra prevista no orçamento. Porém, a vinculação de multas penais, prevista no art. 2º, inciso I, deve ter cláusula de vigência de no máximo cinco anos, conforme comanda o art. 137 da Lei nº 15.080, de 2024 – LDO 2025.

Em relação ao mérito, o Projeto de Lei nº 5.019, de 2013, apresenta notável relevância social ao instituir o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA), voltado ao apoio direto a mulheres que, em razão da violência doméstica, se viram obrigadas a romper vínculos com seus agressores. A proposta reconhece que a superação da violência não se esgota na proteção física, mas exige condições materiais e oportunidades concretas de reconstrução da vida, mediante auxílio financeiro e capacitação profissional.

Ao prever a concessão de ajuda pecuniária por até doze meses e o acesso a programas de qualificação e recolocação no mercado de trabalho, o projeto busca assegurar autonomia econômica e fortalecimento psicológico das vítimas, rompendo com a dependência que frequentemente perpetua ciclos de abuso. Essa combinação de amparo imediato e formação profissional traduz uma política pública orientada não apenas à proteção, mas também à emancipação das mulheres.

Em síntese, o projeto possui elevado mérito ao ampliar o alcance da proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, garantindo não apenas segurança e acolhimento, mas também condições reais para o recomeço, a independência e o pleno exercício da cidadania.

A Emenda nº 1 adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família é bem-vinda. Ao aumentar o valor da ajuda pecuniária para R\$ 998,00 é feita, em parte, a correção monetária ante o exercício de 2013. Também é importante a priorização do pagamento para mulheres inscritas no CadÚnico e a vedação de acúmulo do recebimento da ajuda com outros benefícios assistenciais e previdenciários, com a exceção do Programa Bolsa-Família. Entretanto, por ser uma proposição de 2019, a emenda faz referência à Lei nº



10.836, de 2004, revogada pela Lei nº 14.284, de 2021. No substitutivo em anexo fazemos a correção para referência à Lei nº 14.601, de 2023.

Já a Emenda nº 2 adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família não nos parece conveniente em sua totalidade, pois cria obrigação para estrutura administrativa do Poder Executivo federal, contrariando a autonomia administrativa deste Poder garantida pela Constituição Federal. Dessa forma, iremos manter apenas o caput do dispositivo proposto.

Diante do exposto, somos:

a) pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 5.019 de 2013, da Emenda nº 1 e da Emenda nº 2 adotadas pela Comissão de Seguridade Social e Família, desde que adotado o substitutivo apresentado em anexo;

b) no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.019, de 2013, da Emenda nº 1 e da Emenda nº 2 adotadas pela Comissão de Seguridade Social e Família, com o substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado EMANUEL PINHEIRO NETO
Relator

2025-18969



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.019, DE 2013

Institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA), acrescenta § 3º ao art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA).

§ 1º O Fundo de que trata este artigo destina-se ao financiamento de ajuda pecuniária e treinamento profissional a mulheres que, em razão da violência doméstica, se separaram de seus cônjuges ou companheiros.

§ 2º A ajuda pecuniária mencionada no § 1º será concedida durante 12 (doze) meses, em montante igual ou superior a R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), sendo o valor reajustado anualmente, de acordo com critérios previstos em regulamento.

§ 3º O treinamento profissional mencionado no § 1º terá o objetivo de facilitar a recolocação das mulheres no mercado de trabalho.

§ 4º É vedada a acumulação da ajuda pecuniária de que trata o § 1º com outros benefícios assistenciais e previdenciários, salvo a transferência de renda de que trata a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.

§ 5º A ajuda pecuniária prevista no § 2º será paga, prioritariamente, à mulher inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Art. 2º Constituem recursos do FNAMA:



I - 10% (dez por cento) do recolhimento anual de multas penais, nos termos do que dispõe o art. 49, § 3º, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

II - doações oriundas de pessoas físicas e jurídicas;

III - contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais;

IV - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;

V - outros recursos que lhe sejam destinados.

Parágrafo único. A vinculação prevista no inciso I do *caput* deste artigo terá vigência por até cinco exercícios financeiros.

Art. 3º O art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 49.
.....
.

§ 3º 10% (dez por cento) do recolhimento anual de multas serão transferidos ao Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA).”

Art. 4º O Fundo de que trata esta Lei será administrado pelo órgão responsável pela política pública de atendimento à mulher.

Art. 5º Os contribuintes poderão deduzir, do imposto devido na declaração do imposto sobre a renda, as doações feitas ao FNAMA, desde que comprovadas mediante recibos.

Parágrafo único. As deduções mencionadas no *caput* estarão sujeitas às condições e aos limites fixados pelo Poder Executivo federal.

Art. 6º O FNAMA será regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado EMANUEL PINHEIRO NETO
Relator

2025-18969

